

REVISÃO - LÍNGUA PORTUGUESA

Texto: O conflito se agrava

[...] De acordo com o Censo 2010 do IBGE, a população indígena compreende 896,9 mil pessoas — o que corresponde a 0,4% da população brasileira —, com 305 etnias diversas e 274 idiomas. As terras indígenas simbolizam 12,5% do território nacional (dados de 2010).

Aos povos indígenas, a Constituição brasileira reconhece sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, bem como os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam. É dever da União demarcar, proteger e fazer respeitar as terras indígenas. Qualquer aproveitamento de recursos hídricos (incluindo os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra de riquezas minerais) só pode ser efetivado com autorização do Congresso, ouvidas as comunidades indígenas afetadas. A Constituição ainda proíbe a remoção dos povos indígenas de suas terras, realçando serem nulos os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse de terras indígenas.

Para a Corte Interamericana de Direitos Humanos, há que se assegurar aos povos indígenas o direito à propriedade coletiva da terra, como uma tradição comunitária, como um direito fundamental à sua cultura, à sua vida espiritual, à sua integridade e à sua sobrevivência econômica. Para os povos indígenas, a relação com a terra não é somente de posse e produção: a terra é um elemento material e espiritual de que devem gozar plenamente, inclusive para preservar o seu legado cultural e transmiti-lo às gerações futuras.

A Constituição brasileira mostra-se absolutamente alinhada aos parâmetros protetivos internacionais — como a Convenção 169 da OIT e a Declaração da ONU sobre Povos Indígenas de 2007. Estes instrumentos introduzem um novo paradigma para os direitos dos povos indígenas, baseado no direito à diversidade, no reconhecimento de sua identidade cultural, no direito de participação, no direito de consulta prévia, livre e informada (relativamente às decisões que lhes afetem), no direito à terra e no princípio da autodeterminação. Rompem com o enfoque integracionista de assimilação forçada dos povos indígenas.

A Constituição brasileira foi a primeira da América Latina a admitir que os povos indígenas têm direito à diversidade étnica e à identidade cultural, aceitando um Estado multicultural e pluriétnico. Constituições latino-americanas recentes reconhecem de forma explícita a existência de Estados multiétnicos e pluriculturais, como é o caso da Constituição da Bolívia, do Equador, da Colômbia, do Peru e da Venezuela. Contudo, os indicadores sociais demonstram o grave padrão de violação aos direitos dos povos indígenas na região, como o drama da mortalidade infantil, da desnutrição, da pobreza extrema, da falta de acesso aos serviços básicos de saúde e de tensões envolvendo suas terras.

A Convenção 169 da OIT, ratificada pelo Brasil, enuncia a responsabilidade dos Estados de desenvolver, com a participação dos povos indígenas, uma ação coordenada e sistemática para proteger seus direitos e garantir o respeito à sua integridade. No marco de uma sociedade pluriétnica e multirracial, é urgente ao Estado brasileiro honrar o valor constitucional da diversidade cultural e da justiça étnicoracial, assegurando especial proteção aos povos indígenas, considerando seu protagonismo e suas particularidades, na luta pela afirmação de seus direitos essenciais.

Flávia Piovesan – O Globo – Publicado em 27/06/13 – Fragmento. Disponível em:
<http://oglobo.globo.com/opiniaao/o-conflito-se-agrava-8822065>

01. A finalidade principal da autora ao produzir e publicar esse texto é:

- (A) enfatizar a neutralidade que envolve a disputa pelas terras indígenas
- (B) comparar a situação no Brasil com a de outros países multiétnicos e pluriculturais
- (C) introduzir um enfoque integracionista para a assimilação dos povos indígenas
- (D) destacar a urgência de desenvolver ações para garantir os direitos indígenas

02. No texto, a autora defende os direitos indígenas sobre as terras que estes tradicionalmente ocupam. Dentre os segmentos do texto abaixo relacionados, o argumento mais relevante para fundamentar essa posição encontra-se em:

- (A) a terra é um elemento material e espiritual de que devem gozar plenamente
- (B) serem nulos os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse de terras indígenas
- (C) as terras indígenas simbolizam 12,5% do território nacional (dados de 2010)
- (D) indicadores sociais demonstram o grave padrão de violação aos direitos dos povos Indígenas

03. “É dever da União demarcar, proteger e fazer respeitar as terras indígenas” (2º parágrafo). O uso da vírgula, nessa frase, justifica-se pois indica:

- (A) isolamento de oração intercalada
- (B) separação de orações coordenadas assindéticas
- (C) supressão de termos (elipse)
- (D) destaque de adjuntos adverbiais em sequência

04. "Quando a retirada e o reatamento desses povos forem considerados necessários como uma medida excepcional, eles só serão realizados com seu livre consentimento e conhecimento." [§ 2, Artigo 16 - Convenção 169 da OIT]

Para obedecer à convenção ortográfica, as lacunas existentes nas palavras em destaque devem ser preenchidas, respectivamente, por:

- (A) ss – c – ss – xc – s
- (B) c – c – ss – sc – s
- (C) ss – ss – ss – xc – c
- (D) c – ss – ss – sc – c

05. "Contudo, os indicadores sociais demonstram o grave padrão de violação aos direitos dos povos indígenas..." (5º parágrafo). Altera-se a relação lógica que o conectivo em destaque permite estabelecer com a frase anterior ao substituí-lo por:

- (A) entretanto
- (B) todavia
- (C) porém
- (D) portanto

06. "a terra é um elemento material e espiritual de que devem gozar plenamente" (3º parágrafo). Nesse segmento, o pronome relativo em destaque está corretamente precedido da preposição de. Porém, empregá-la configura ERRO em:

- (A) Os documentos __ que tomamos conhecimento não são recentes.
- (B) Os direitos __ que a autora se refere devem ser respeitados sempre.
- (C) Os grupos __ que fazemos parte desconhecem esses aspectos.
- (D) Os assuntos __ que a articulista trata importam a todos os brasileiros.

07. "é urgente ao Estado brasileiro honrar o valor constitucional da diversidade cultural e da justiça étnicoracial..." (último parágrafo) Em cada alternativa abaixo, altera-se a redação desse segmento, cujo sentido original NÃO é mantido em:

- (A) é eminente que o Estado brasileiro honre o valor constitucional da diversidade cultural e da justiça étnico-racial
- (B) há urgência de que o Estado brasileiro honre o valor constitucional da diversidade cultural e da justiça étnico-racial
- (C) urge que o Estado brasileiro honre o valor constitucional da diversidade cultural e da justiça étnico-racial
- (D) torna-se premente que o Estado brasileiro honre o valor constitucional da diversidade cultural e da justiça étnico-racial

08. Consideradas as regras básicas de concordância verbal e nominal, é correta a seguinte frase:

- (A) A maioria dos povos indígenas enfrenta conflitos para manutenção da terra demarcada.
- (B) A participação, nas decisões relativas aos povos indígenas, de seus representantes são fundamentais.
- (C) Mais de um povo indígena lutam para preservar suas tradições próprias.
- (D) 12,5% do território nacional está ocupado por terras indígenas.

09. O uso do acento grave, indicativo de crase, é opcional em:

- (A) direito de consulta prévia, livre e informada (relativamente às decisões que lhes afetem)
- (B) preservar o seu legado cultural e transmiti-lo às gerações futuras
- (C) há que se assegurar aos povos indígenas o direito à propriedade coletiva da terra
- (D) proteger seus direitos e garantir o respeito à sua integridade

10. Se os grileiros de terra _____ atitudes nefastas, precisarão se _____ com a justiça, quando a população brasileira _____ contra a repetição de tais abusos.

Para formar frase correta e coerente, as lacunas devem ser preenchidas por:

- (A) manter – a ver - intervirem
- (B) manter – haver - intervir
- (C) mantiverem – haver - intervier
- (D) mantiverem – a ver – intervierem

11. Quanto à concordância nominal e verbal, está correta e adequada à situação formal, respeitando as regras gramaticais, a seguinte frase:

- (A) Vem sendo muito criticado, na imprensa, recente e contínua invasões em terras demarcadas.
- (B) As ações indígenas, pacíficas em sua maioria, visam à valorização de suas legítimas tradições.
- (C) A população indígena demonstra-se meia decepcionada com recente atitudes da população brasileira.
- (D) Comunidade tradicional indígena formalizou denúncia em documento oficial tendo anexo fotografias.

12. O povo indígena reivindicam a difusão sobre a atual política pública onde o foco é os direitos humanos e combate a violência contra indivíduos ou grupos indígenas; tem algumas leis no Brasil que merece amplo conhecimento.

Ao reescrever essa frase, corrigindo os desvios da convenção ortográfica e das normas gramaticais, bem como o emprego de palavras inadequadas à língua formal, obtém-se:

(A) O povo indígena reivindica a difusão da atual política pública na qual o foco é os direitos humanos e o combate a violência contra indivíduos ou grupos indígenas; há algumas leis no Brasil que merece amplo conhecimento.

(B) O povo indígena reivindica a divulgação da atual política pública cujo foco é os direitos humanos e o combate à violência contra indivíduos ou grupos indígenas; existem algumas leis no Brasil que merecem amplo conhecimento.

(C) Os povos indígenas reivindicam a divulgação da atual política pública onde o foco são os direitos humanos e o combate a violência contra indivíduos ou grupos indígenas; tem algumas leis no Brasil que merecem amplo conhecimento.

(D) Os povos indígenas reivindicam a difusão da atual política pública cujo o foco é os direitos humanos e combate à violência contra indivíduos ou grupos indígenas; existe algumas leis no Brasil que merece amplo conhecimento.

13. Verifica-se equívoco, que contraria a clareza na escrita, indispensável aos textos oficiais, na seguinte frase:

(A) A cobrança da nova taxa entra em vigor a partir do próximo ano.

(B) Enviamos um e-mail à chefia; em anexo, encaminhamos o projeto.

(C) Ao torná-lo mais claro e objetivo, a emenda melhorou o projeto.

(D) Ouvidas as testemunhas, o juiz infringiu pesada pena ao réu.

14. Identifique e explique a função de linguagem:

a)



b) A estação Júlio Prestes, marco histórico e turístico de São Paulo, completou 70 anos nesta semana. Atualmente, o local abriga a Sala São Paulo, sede da Orquestra Sinfônica do Estado, além de ser o ponto de partida da atual Linha 8 (Júlio Prestes-Itapevi) da CPTM [Companhia Paulista de Trens Metropolitanos].

15. A construção poética do discurso baseia-se frequentemente na utilização de figuras de linguagem, como a metonímia. O poeta recorreu a esta figura em:

a) “Ah, os rostos sentados”

b) “Os retratos em cor, na parede,”

c) “que exerceram (...) o manso ofício”

d) “de fazer esperar com esperança.”

16. Identifique a figura de linguagem empregada nos versos destacados:

“No tempo de meu Pai, sob estes galhos,
Como uma vela fúnebre de cera,
Chorei bilhões de vezes com a canseira
De inexorabilíssimos trabalhos!”

1 D, 2 A, 3 B, 4 A, 5 D, 6 B, 7 A, 8 A, 9 D, 10 C, 11 B, 12 B, 13 D, 14 a)
conativa b) referencia 15. A 16. hipérbole